



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638340 - RO (2021/0000671-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JAQUELINE MAINARDI
ADVOGADO : JAQUELINE MAINARDI - RO008520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : RAFAEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO (PRESO)
CORRÉU : EMERSON DOS SANTOS SOUTO
CORRÉU : ANTONIO CARLOS PEDROSO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL OLIVEIRA DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0002817-87.2019.822.0000).

Consta dos autos que o paciente foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (1º fato), art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 (2º e 4º fatos), art. 16, *caput*, e parágrafo único, inciso III, da Lei n. 10.826/2003 (3º fato) e art. 15, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 (5º fato), tudo na forma dos artigos 29, *caput*, e 69, *caput*, ambos do Código Penal.

A impetrante defende haver excesso de prazo na formação da culpa, apontando que o acusado estaria preso há mais de 820 dias.

Argumenta que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente